

SCPAR
PORTO DE
IMBITUBA



SCPar Porto de Imbituba S.A.



Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

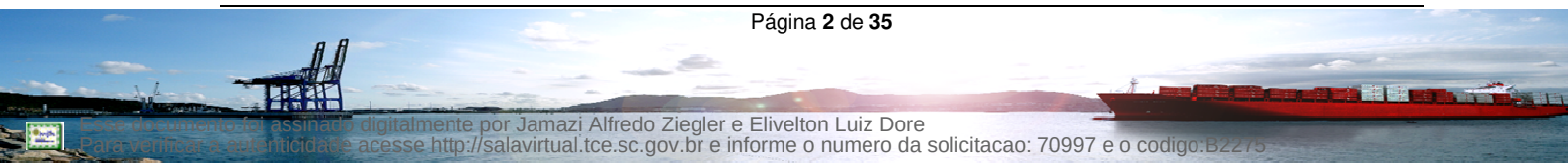
CNPJ: 17.315.067/0001-18 | NIRE: 42300038695 | Data Nire: 18/12/2012



GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**

Conteúdo

Relatório da Administração.....	3
Parecer do Conselho Fiscal	8
Relatório dos Auditores Independentes	9
Demonstrações Financeiras	12
Balanço Patrimonial	12
Demonstração do Resultado do Exercício.....	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa	15
Demonstração do Valor Adicionado.....	16
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras	17



Relatório da Administração

Senhores representantes do Acionista Único, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da SCPar Porto de Imbituba S.A., sociedade anônima de propósito específico, integralmente controlada pela SC Participações e Parcerias S.A., administradora do Porto Organizado de Imbituba em nome do Estado de Santa Catarina, submete à sua apreciação o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

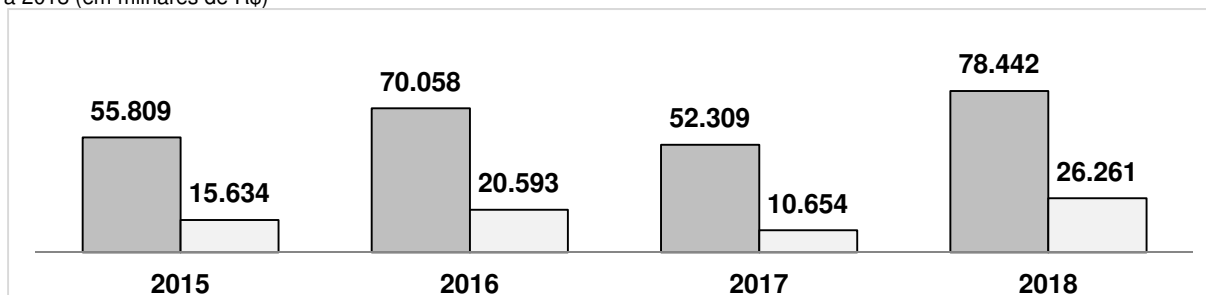
1. Conjuntura

Para o Porto de Imbituba, no ano de 2018 foi o melhor de sua história, pois foram alcançados números jamais registrados anteriormente, obtendo recorde histórico na movimentação de cargas, ultrapassando a marca de cinco Milhões de toneladas. Durante este um ano, a empresa manteve seu compromisso de desenvolver o complexo portuário de Imbituba, priorizando investimentos estratégicos para modernizar a estrutura do Porto. Suas ações resultaram em um faturamento anual superior a 78 (setenta e oito) Milhões de reais, o que, aliado a uma política de controle e redução de custos, levou a empresa a encerrar o ano de 2018 com cerca de 26 (vinte e seis) milhões de reais de lucro líquido. Destaque para esses resultados foi a movimentação de grãos agrícolas e granéis minerais e o significativo aumento da movimentação no Terminal de Contêineres.

2. Aspectos Econômico-Financeiros

A SCPar Porto de Imbituba S.A. encerrou o ano de 2018 com um lucro líquido de R\$ 26.260.747,03 (vinte e seis milhões, duzentos e sessenta mil, setecentos e quarenta e sete reais e três centavos) o que representa, aproximadamente, 33% (trinta e três por cento) da receita bruta da companhia, registrando, assim, um crescimento de 146% (cento e quarenta e seis por cento) em relação ao lucro apurado no ano de 2017. O incremento destas receitas foi decorrente do recebimento de valores a título de arrendamento contratual mínimo do terminal de contêineres (TECON), atualmente operado pela empresa Santos Brasil Participações S.A. Além disso, vale ressaltar que o crescimento do lucro líquido é vinculado diretamente ao aumento da movimentação de cargas no complexo portuário, o que levou a companhia a encerrar o ano de 2018 com maior movimentação operacional, maior faturamento total e maior lucro de sua história. No gráfico 1, apresentado a seguir, é possível comparar a evolução do Faturamento Bruto com a evolução da Lucratividade Líquida da empresa.

Gráfico 1 - Evolução do Faturamento Bruto e da Lucratividade Líquida da SCPar Porto de Imbituba S.A. entre os anos de 2015 a 2018 (em milhares de R\$)



Merece ênfase a evolução do *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA) da companhia, indicador que mede o efetivo resultado operacional da empresa, performando a quantia de R\$ 37,6 (trinta e sete milhões e seiscentos mil reais) de reais no ano de 2018, representando um acréscimo na magnitude de 177 % (cento e setenta e sete por cento). Para alcançar esse número, os fatores determinantes foram: o recebimento dos valores decorrentes do arrendamento contratual mínimo do TECON; o crescimento no faturamento total; e, a redução de custos realizada ao longo do ano de 2018, com a revisão e reequilíbrio de diversos contratos de serviços, priorizando a alocação de recursos para investimentos de caráter estratégico. A tabela a seguir, apresentada em milhares de Reais, exibe a composição efetiva do EBITDA da Companhia, demonstrando sua evolução durante o período de 2015 à 2018.

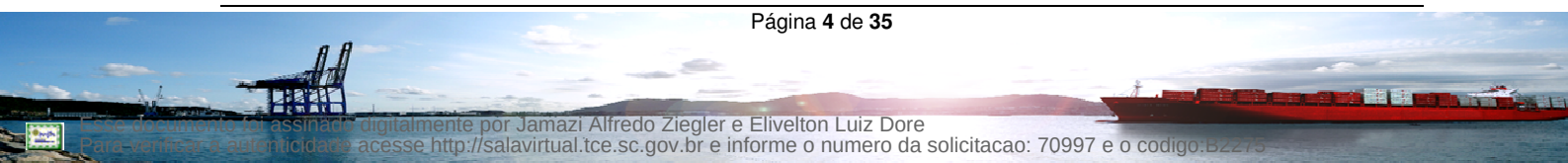
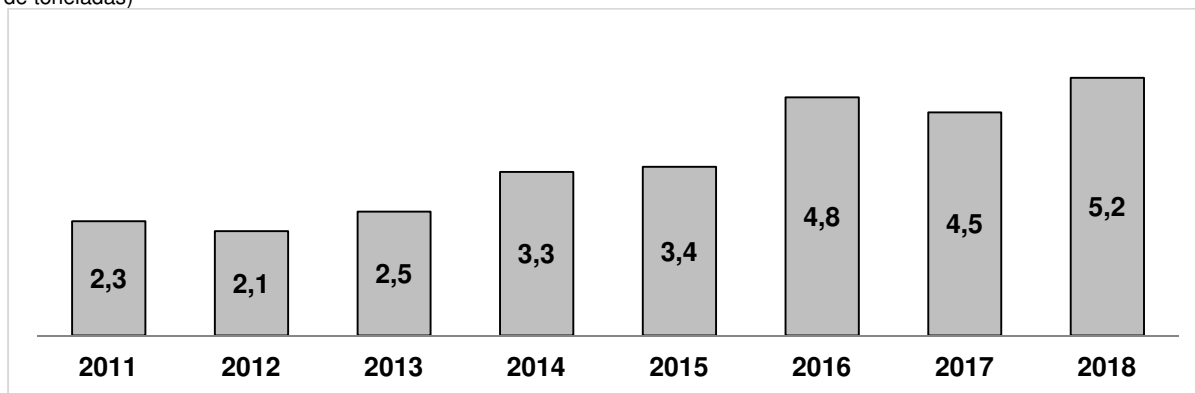
Gráfico 2 - Evolução do EBITDA da SCS Par Porto de Imbituba S.A. entre os anos de 2015 a 2018 (em milhares de R\$)

	2015	2016	2017	2018
Lucro do Período	15.634	20.593	10.654	26.261
IRPJ e CSLL	8.077	10.616	5.417	13.717
Resultado Financeiro	(3.761)	(3.887)	(3.434)	(3.495)
Outros Resultados	217	4	177	60
EBIT	19.734	27.326	12.815	36.543
Depreciação e Amortização	141	360	739	1.067
EBITDA	19.874	27.686	13.554	37.610
% Relação a Receita Bruta	35 %	39 %	26 %	48 %

3. Resultados Operacionais

Impulsionado pela crescente produção agrícola e pela confiabilidade das operações no Porto de Imbituba, no ano de 2018, se comparado ao ano imediatamente anterior, registrou-se um crescimento de aproximadamente 15% (quinze por cento) na movimentação total geral de cargas das operações. Desde a assunção da administração da Autoridade Portuária pelo Estado de Santa Catarina no ano de 2012, a movimentação portuária registra um crescimento expressivo de quase 150% (cento e cinquenta por cento) em seu sexto ano de existência, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Gráfico 3 - Evolução da movimentação portuária da SCS Par Porto de Imbituba S.A. entre os anos de 2011 a 2018 (em milhões de toneladas)



O crescimento na movimentação de cargas é identificado, principalmente, nas operações de contêineres que saltaram 72,35% no ano de 2018 em comparação a 2017, registrando uma movimentação total de 84.348 TEUs (oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito unidades de contêiner). Esse salto deve-se, principalmente, à nova linha de longo curso asiática que começou a operar no final do ano de 2017 no TECON Imbituba.

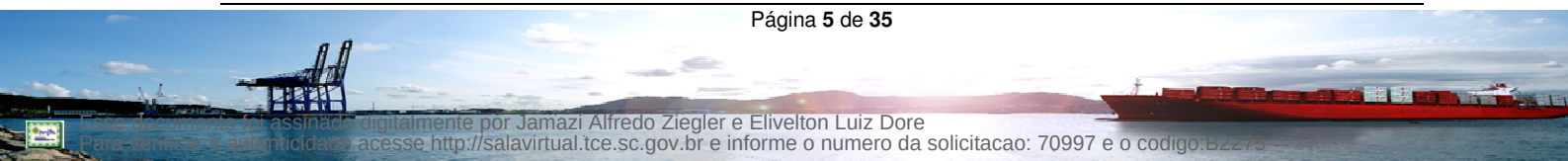
Para aclarar ainda mais a quantidade de contêineres movimentados em 2018, encerrou-se o ano com 36.522 TEUs (trinta e seis mil, quinhentos e vinte e duas unidades de contêiner) movimentados nas linhas de longo curso e 48.302 TEUs (quarenta e oito mil, trezentos e duas unidades de contêiner) movimentados por cabotagem. Também houve um crescimento acentuado na movimentação de carga geral, impactada, principalmente, pela carga de madeira e pelo crescimento na movimentação de sulfato de sódio. As demais cargas permaneceram com um leve crescimento, detalhado na tabela abaixo com a movimentação por tipo de carga no Porto de Imbituba durante os últimos seis anos:

Gráfico 4 - Evolução da movimentação portuária da SCPAR Porto de Imbituba S.A. por tipo de carga entre os anos de 2013 a 2018 (em milhares de toneladas)

Carga	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação %
Granéis Agrícolas	242	566	853	2.309	1.630	1.613	(1,05)
Granéis Minerais	1.701	1.805	1.630	1.602	1.806	1.983	9,80
Demais Granéis Sólidos	88	63	59	77	78	80	1,27
Fertilizantes	75	132	110	158	155	150	(3,23)
Granéis Líquidos	102	100	110	135	104	123	18,27
Carga Geral	104	105	199	113	56	206	268,00
Contêiner	180	593	430	409	657	1.068	62,56
TOTAL Toneladas	2.492	3.364	3.391	4.803	4.486	5.223	16,40
Navios Atendidos	233	255	230	255	250	289	15,60
Média por Navio	11	13	15	19	18	18	-
Contêineres (TEU) - Em Mil	13,9	41,9	30,6	27,2	49,2	84,8	72,35

Dentre os grãos agrícolas movimentados, destaca-se a soja, que representa cerca de 75% (setenta e cinco por cento) deste grupo, o mesmo grupo também inclui a operação de cevada, milho, trigo, arroz e demais cargas de origem agrícola.

No ano de 2018, ocorreu o primeiro embarque à granel de arroz em casca no Porto de Imbituba, que, com dois navios carregados no ano, representou a quantia de 88.581 (oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e uma) toneladas movimentadas. Quanto aos granéis minerais, destaca-se o crescimento de 53% (cinquenta e três por cento) na movimentação de sal, que totalizou 603.457 (seiscentos e três mil, quatrocentos e cinquenta e sete) toneladas movimentadas no ano de 2018. As cargas de coque permaneceram com números constantes em relação a 2017, movimentando a quantia total de 1.271.387 (um milhão, duzentos e setenta e um mil, trezentos e oitenta e sete) toneladas no ano de 2018. Com a movimentação de novas cargas e a ampliação na movimentação de cargas já operacionalizadas, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. se consolida em seu compromisso multipropósito de movimentação.



4. Governança Corporativa

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. é uma empresa jovem, com pouco mais de seis anos de existência e, neste período, enfrentou o desafio de encarar um cenário altamente competitivo em meio a uma crise econômica que assolou o país. A companhia tem buscado aprimorar suas práticas de Governança Corporativa e *Compliance*, especialmente após o advento da Lei Federal nº 13.303 de 2016, conhecida como a Lei das Estatais, que trouxe inúmeras exigências visando à adoção de boas práticas de governança corporativa e prezando pelo profissionalismo na gestão pública deste segmento. Para tanto, a empresa editou normas e regulamentos, alterou seu Estatuto Social para incluir obrigações de boas práticas de gestão, está elaborando um Código de Conduta e Integridade para orientar todos os colaboradores e gestores a atuarem com uma compreensão clara dos valores a serem seguidos no âmbito de atuação dos negócios da empresa, compreendendo princípios, valores e missão da estatal, bem como orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude, foi criado um canal de denúncias que possibilita o recebimento de delações internas e externas, e implementou políticas de gestão de riscos e *compliance*. As boas práticas de governança corporativa incluem, ainda, a elaboração de um regulamento de licitações e contratos, disponível ao público interno e externo, para orientar e normatizar a forma de atuação da empresa perante suas contratações, e a criação de um comitê de elegibilidade para atuar preventivamente no que tange ao cumprimento das obrigações mínimas do perfil de seus administradores ao cumprimento das exigências previstas na Lei 13.303 de 2016. A empresa também aprimorou seus métodos de transparência, com a divulgação ao público externo, da integralidade de informações relativas às licitações, contratos, demonstrativos financeiros, relatório socioambiental, dentre outros, prezando sempre pelo bom uso dos recursos públicos.

5. Desempenho Socioambiental

Comprometida com o crescimento sustentável do Porto de Imbituba, a Autoridade Portuária manteve e ampliou suas ações de cuidados com o meio ambiente durante o ano de 2018. Este desenvolvimento esteve guiado, principalmente, pelo Plano de Controle Ambiental (PCA), que contempla diversas medidas de preservação, dentre elas: a) Monitoramento de qualidade das águas; b) Monitoramento das Condições Hidrodinâmicas; c) Programa de Educação Ambiental; d) Programa de Gerenciamento de Resíduos; e) Programa de Gerenciamento de Riscos Ambientais; f) Programa de Controle de Águas de Lastro; g) Monitoramento da Dragagem de Manutenção, h) Monitoramento da Qualidade de Sedimentos; i) Prevenção da Fauna Sintrópica; j) Monitoramento da Biota Aquática Marinha; k) Monitoramento da Pesca Artesanal, etc. Ressalta-se o Programa de Pesquisa e Monitoramento das Baleias Francas no Porto de Imbituba, realizado, anualmente, com intuito de ampliar o conhecimento e a preservação da espécie. Tal programa já conquistou a maior premiação ambiental do Sul do Brasil, o Prêmio Expressão de Ecologia, na categoria Conservação da Vida Silvestre. A finalidade do programa é preservar o *habitat* natural desse animal, espécie migratória que utiliza a costa catarinense para acasalar, procriar e amamentar seus filhotes. O investimento contínuo e crescente na relação porto-cidade, uma preocupação que vai além de sua atividade fim, também garantiu ao Porto de Imbituba, pelo terceiro ano consecutivo, a premiação de Certificado de Responsabilidade Social, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc). A Certificação é entregue, anualmente, a instituições que incluem a responsabilidade socioambiental em suas políticas de gestão, promovendo o bem-estar da comunidade onde atuam e

a preservação do meio ambiente. A SCPar Porto de Imbituba S.A. reitera seu compromisso em continuar apoiando tais projetos sociais, proporcionando à Comunidade mais qualidade de vida e oportunidades de desenvolvimento.

6. Perspectivas

As perspectivas futuras são otimistas, o Porto de Imbituba buscará, no ano de 2019, o fortalecimento e valorização das principais cargas movimentadas atualmente, ou seja, grãos agrícolas, granéis minerais e contêineres, de modo a estar preparado para o crescimento do mercado destas cargas durante os próximos anos, objetivando a entrega de serviços competitivos aos usuários do complexo portuário. Nesse cenário, torna-se necessária a realização de investimentos estratégicos para impulsionar a capacidade de movimentação do Porto e deixá-lo apto a enfrentar as demandas do mercado, em especial a movimentação de grãos, colocando-o em patamar competitivo com os demais portos da região sul brasileira. Considerando o novo cenário político, que proporciona confiabilidade do mercado, e um possível crescimento na produção agrícola nacional, que impulsionaria a movimentação deste tipo de granel, um dos principais produtos movimentados no Porto de Imbituba, as premissas macroeconômicas direcionam os resultados de 2019 para um crescimento semelhante ao ocorrido no ano de 2018, estimando uma movimentação de, aproximadamente, 5,6 Milhões de toneladas. Continuando sua missão de modernizar o complexo portuário com investimentos estratégicos, para 2019, projeta-se investir, aproximadamente, vinte milhões de reais, com vistas ao crescimento sustentável e responsável, proporcionando o desenvolvimento de toda região sul catarinense e, conseqüentemente, a melhoria nas oportunidades de geração de emprego e qualidade de vida do povo do nosso Estado.

Gustavo Salvador Pereira

Presidente do Conselho de Administração

Conselho de Administração

Ricardo Elói Espindola	José Roberto Martins
Denilse Coelho do Rosário	Valdomiro Ribeiro da Silva Neto
Carlos Alberto Crispim	Felipe Ozório Monteiro da Gama
Fábio Zabot Holthausen	Joel Alves

Conselho Fiscal

Santos Pacheco Alves	Juarez Furtado
Adriano João Teixeira	

Diretoria Executiva

Jamazi Alfredo Ziegler	Alexandre Pinter
Roberto Luis de Figueiredo dos Santos Júnior	

Responsável Técnico

Elivelton Luiz Doré

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da SCPAR Porto de Imbituba S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, previstas no Art. 47 e 55 do Estatuto Social da companhia, dando cumprimento ao que dispõem os incisos II, III e VII do Art. 163 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976, examinou o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras dos exercício findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, acompanhado de suas notas explicativas. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício e, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes, o conselho fiscal desta companhia, é de parecer favorável, sem ressalvas de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que os documentos estão aptos a serem submetidos a apreciação dos senhores representantes do acionista único.

Imbituba/SC, 28 de Fevereiro de 2019

Santos Pacheco Alves
Conselheiro Fiscal

Juarez Furtado
Conselheiro Fiscal

Adriano João Teixeira
Conselheiro Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SCPAR Porto de Imbituba S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SCPAR Porto de Imbituba S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião

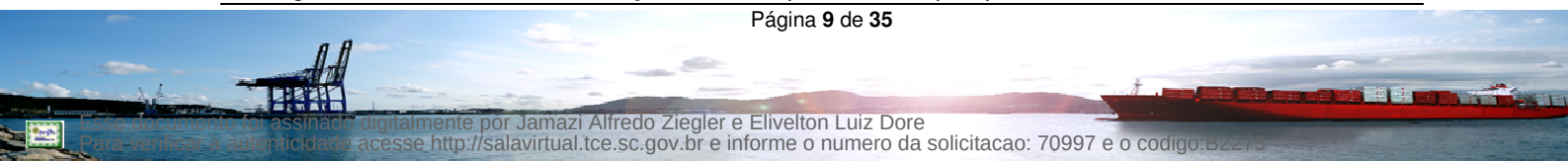
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Outros Assuntos

3.1 Demonstração do valor adicionado - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3.2 Auditoria das Demonstrações Contábeis do Exercício Anterior - As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, com emissão de relatório datado de 13 de fevereiro de 2019, sem modificação.

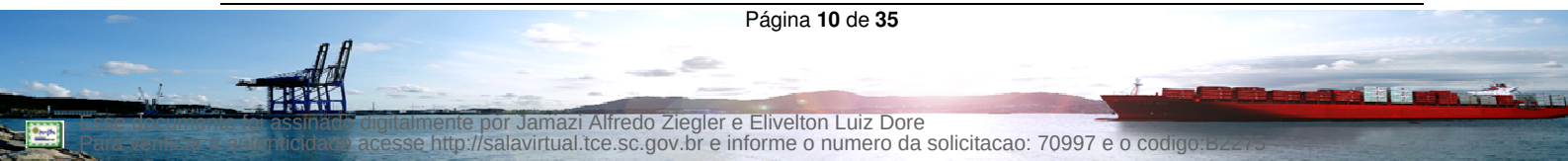
3.3 Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria



sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

3.4 Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

3.5 Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: A) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. B) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. C) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. D) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas



conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. E) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. F) Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

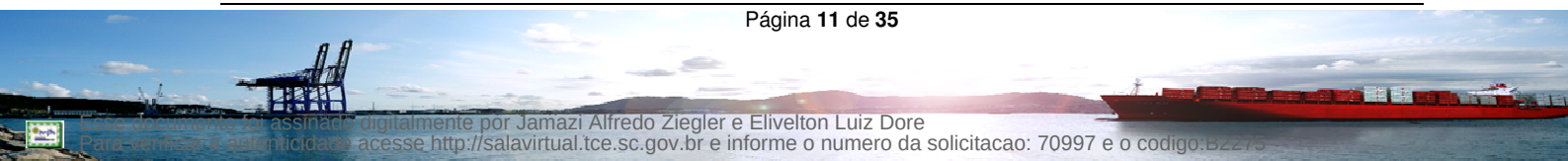
Imbituba/SC, 28 de Fevereiro de 2019

VGA Auditores Independentes SS

CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

Lourival Pereira Amorim

Auditor Independente CRCSC 9.914/O-3



Balanço Patrimonial
(Em Milhares de Reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	59.747	34.974
Contas a Receber	5	2.297	2.122
Tributos a Recuperar	6	1.404	748
Despesas Antecipadas	7	161	165
Estoques	8	873	19
Outros Créditos	9	114	62
Total dos Ativos Circulantes		64.596	38.090
Não Circulante			
Depósitos Judiciais	10	5.814	132
Ativo Intangível	11	23.081	20.722
Total dos Ativos Não Circulantes		28.895	20.854
TOTAL DOS ATIVOS		93.491	58.944

PASSIVOS	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores	12	803	554
Obrigações Tributárias	13	5.576	624
Obrigações Trabalhistas	14	2.185	2.183
Outras Obrigações	15	243	181
Total do Passivo Circulante		8.807	3.542
Não Circulante			
Obrigações Tributárias Suspensas	16	5.685	-
Total do Passivo Não Circulante		5.685	-
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17	50	50
Reserva para Destinação	18	6.565	2.664
Reserva Legal	19	10	10
Reserva de Lucros	20	72.374	52.678
Total do Patrimônio Líquido		78.999	55.402
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		93.491	58.944

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício
(Em Milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Ano 2018	Ano 2017
Receita Operacional Líquida		67.264	44.855
Receitas de Serviços Prestados	21	78.442	52.309
(-) Impostos Incidentes	22	(11.178)	(7.454)
Custo dos Serviços Prestados		(19.921)	(20.872)
Custo dos Serviços Portuários	23	(12.447)	(14.464)
Custo com Mão de Obra Direta	24	(6.407)	(5.668)
Amortizações e Depreciações	25	(1.067)	(740)
Lucro Bruto		47.343	23.983
Despesas		(10.861)	(11.346)
Despesas com Pessoal	26	(7.920)	(7.117)
Despesas Gerais e Administrativas	27	(2.881)	(4.052)
Outras Despesas		(182)	(234)
Outras Receitas		122	57
Resultado Antes Resultados Financeiros		36.482	12.638
Resultado Financeiro		3.496	3.434
Receitas Financeiras	28	3.533	3.525
Despesas Financeiras		(37)	(91)
Resultado Antes dos Resultados Financeiros		39.978	16.072
Impostos Sobre o Lucro	29	(13.717)	(5.417)
Imposto de Renda		(10.078)	(3.922)
Contribuição Social		(3.639)	(1.495)
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		26.261	10.655

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas			Resultado do Período	Outros Resultados Abrangentes	Totais
		Reserva Destinação	Reserva Legal	Reserva de Lucros			
Saldo em 31.12.2016	50	5.148	10	44.687	-	-	49.895

Mutações 2017

Alteração Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	10.655	-	10.655
Constituição de Reservas	-	2.664	-	7.991	(10.655)	-	-
Dividendos Propostos	-	(5.148)	-	-	-	-	(5.148)
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

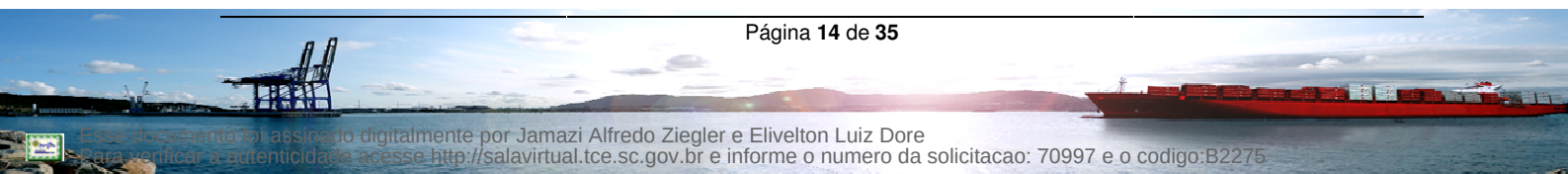
Saldo em 31.12.2017	50	2.664	10	52.678	-	-	55.402
----------------------------	-----------	--------------	-----------	---------------	----------	----------	---------------

Mutações 2018

Alteração Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	26.261	-	26.261
Constituição de Reservas	-	6.565	-	19.696	(26.261)	-	-
Dividendos Propostos	-	(2.664)	-	-	-	-	(2.664)
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Saldo em 31.12.2018	50	6.565	10	72.374	-	-	78.999
----------------------------	-----------	--------------	-----------	---------------	----------	----------	---------------

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em Milhares de Reais)

	Ano 2018	Ano 2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos Impostos	39.978	16.072
Depreciações e Amortizações	1.067	740
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	(175)	835
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(52)	(6)
(Aumento)/Redução em Tributos a Recuperar	(656)	(466)
(Aumento)/Redução em Estoques	(854)	1
(Aumento)/Redução em Despesas Antecipadas	4	9
(Aumento)/Redução em Depósitos Judiciais	(5.681)	284
Aumento/(Redução) em Fornecedores	250	(155)
Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias	4.951	30
Aumento/(Redução) em Obrigações Trabalhistas	1	540
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	62	(2)
Aumento/(Redução) em Obrigações de LP	5.685	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.717)	(5.417)
Fluxo de Caixa Gerado	30.863	12.465
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições ao Ativo Intangível	(3.426)	(6.491)
Fluxo de Caixa Gerado	(3.426)	(6.491)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Dividendos	(2.664)	(5.148)
Fluxo de Caixa Gerado	(2.664)	(5.148)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	34.974	34.148
Varição em Caixa e Equivalentes de Caixa	24.773	826
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	59.747	34.974

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado
(Em Milhares de Reais)

	Ano 2018	Ano 2017
Receita Gerada	78.442	52.309
Receitas de Serviços Prestados	78.442	52.309
Insumos Adquiridos de Terceiros	(16.435)	(19.996)
Serviços de Terceiros	(11.108)	(13.089)
Energia Elétrica Consumida	(1.600)	(1.227)
Outros Insumos	(3.727)	(5.680)
Valor Adicionado Bruto	62.007	32.313
Depreciação e Amortização	(1.067)	(740)
Valor Adicionado Líquido	60.940	31.573
Valor Adicionado por Receitas Financeiras	3.533	3.697
Valor Adicionado a Distribuir	64.473	35.270
Pessoal e Encargos	14.327	12.785
Remuneração Direta	11.201	10.910
Fundo de Garantia	662	552
Benefícios	2.464	1.323
Impostos, Taxas e Contribuições	23.848	11.813
Federais (Incluindo IOF)	19.926	9.198
Municipais	3.922	2.615
Remuneração de Capitais de Terceiros	37	17
Despesas Financeiras	37	17
Remuneração do Capital Próprio	26.261	10.655
Lucros Retidos para os Acionistas	6.565	2.664
Lucros Retidos	19.696	7.991

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras (Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas, área portuária do município de Imbituba, no estado de Santa Catarina. O objeto social da empresa é a administração da infraestrutura portuária do porto organizado de Imbituba. A SCPar Porto de Imbituba S.A. é uma sociedade de economia mista com propósito específico constituída em 06 de setembro de 2012 pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação nº 01/2012 de 26 de Novembro de 2012, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba. Inicialmente a delegação ao estado foi concedida a título provisório por prazo de até 2 anos, com vistas a garantir a continuidade das operações portuárias, sendo que no mês de setembro de 2014 o prazo de vigência do convênio de delegação foi alterado para 25 anos, até 15 de dezembro de 2037, com possibilidade de prorrogação por igual período.

2. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei 6.404 de 1976 e suas alterações e a de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 28 de Fevereiro de 2019.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no seu custo histórico, exceto se indicado de outra forma em notas explicativas.

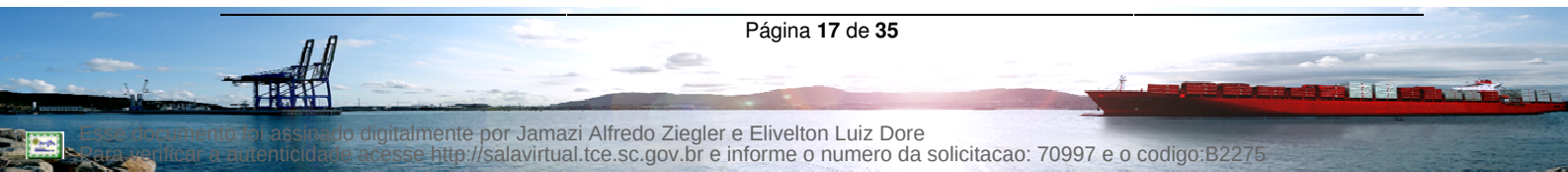
2.3 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da companhia. As demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre estimativas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão expostos nas seguintes notas explicativas 3.2) *Ativo Intangível* e 3.4) *Receita de construção e custo de construção*.

3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As políticas contábeis adotadas são aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da companhia nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração desta companhia e foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Lei 6.404 de 1976 e suas alterações – Lei das Sociedades por Ações, juntamente com as normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As principais políticas contábeis estão definidas a seguir.

3.1 Instrumentos Financeiros

3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e representam a disponibilidade financeira imediata. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante grau de risco.

3.1.2 Contas a Receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto de sua realização, o valor contábil se aproxima do valor justo.

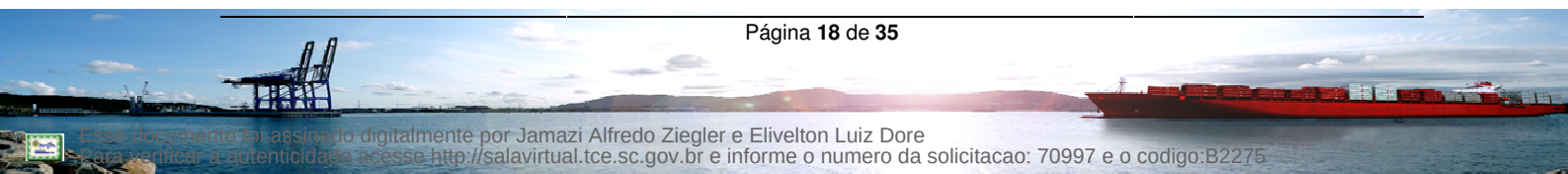
3.1.3 Contas a Pagar

Os valores divulgados aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo, portanto, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.2 Ativo Intangível

A companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária. O prazo de exercício deste direito iniciou-se em 16 de Dezembro de 2012, no qual, juntamente com seu termo aditivo firmado em 18 de Setembro de 2014 estabeleceu o prazo de delegação de 25 anos, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período. A administração da companhia entende que o exercício deste direito terá fim em 15 de Dezembro de 2037, caso não ocorra prorrogação do referido convênio.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Os bens construídos e adquiridos pela companhia reverterão ao poder concedente ao término deste convênio, portanto, tais valores são registrados em contrapartida de ativo intangível, representando o direito de cobrar de seus usuários pela utilização do serviço público. De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão. O critério de amortização dos ativos intangíveis é reconhecido tendo em vista o tempo restante do exercício deste direito incondicional de receber caixa, apropriando em seu resultado através do método linear. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados quando benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado em que ocorreu. Os ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento de sua baixa. Para a aplicação do ICPC 01 – *Contratos de Concessão*, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a administração considerou os seguintes aspectos do Convênio de Delegação: a) O poder concedente controla e regulamenta quais serviços a companhia deve prestar com o uso de sua infraestrutura e seu preço; b) O poder concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma, participação residual significativa na infraestrutura ao término do convênio de delegação. A companhia entende que, em ambos os requisitos foram atendidos para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 02 de Dezembro de 2011. A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – *Contratos de Concessão* não é registrada como ativo imobilizado em virtude do convênio de delegação não transferir o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo convênio. A companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições estabelecidas neste convênio.

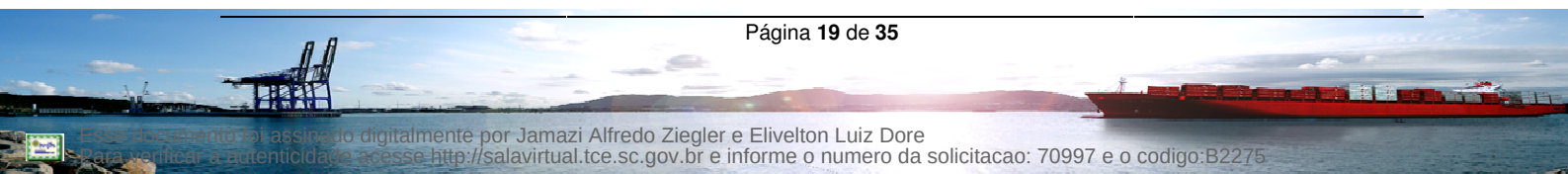
3.3 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são registradas no resultado quando da certeza de sua realização, sendo as principais descritas abaixo:

Receitas Tarifárias e Não Tarifárias:

- a) Serviços de Armazenagem: receita devida pelos usuários em razão da armazenagem de mercadorias na área do porto organizado, destinadas ou oriundas de navios atracados no Porto de Imbituba.
- b) Infraestrutura Marítima I: receita devida pelo armador do navio ou seu representante para utilização do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios.
- c) Infraestrutura Marítima II: receita devida pelo armador do navio ou seu representante, destinado a manutenção do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios.
- d) Infraestrutura Terrestre: receita devida pelos usuários pela utilização das instalações terrestres para as operações de carregamento e descarregamento de mercadorias no cais, acessos

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



terrestres, pátios de trânsito, instalações especializadas e vias de circulação internas, e ainda, as benfeitorias e os serviços respectivos, tais como iluminação e drenagem.

- e) Arrendamento Fixo: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas pelo metro quadrado disponibilizado.
- f) Arrendamento Variável: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas por tonelagem de carga ou volume de contêineres.
- g) Arrendamento Contratual Mínimo: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos "take-or-pay".
- h) Taxas Convencionais: receita devida pelos usuários pela utilização de serviços de pesagem, tráfego interno e demais serviços administrativos e operacionais.
- i) Serviços de Fornecimento: receita devida pelos usuários pela disponibilização do fornecimento de insumos comuns, assim entendidos como água potável e energia elétrica.

Receitas Financeiras:

- a) Rendimentos de Aplicações: receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de renda fixa e variável.
- b) Juros e Multas Recebidas: receita obtida pela aplicação de juros e multas por atrasos na liquidação de títulos recebidos de clientes.

3.4 Receita de Construção e custo de construção

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão determina que as empresas concessionárias de serviços, possuem, mesmo que, indiretamente, responsabilidade pela construção e melhoria da infraestrutura portuária delegada. A SCPar Porto de Imbituba S.A. realiza suas obras através de licitações públicas para execução dos serviços por terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para execução. Desta forma a companhia julga não haver margem de lucro sobre esta atividade e não registra os valores correspondentes em suas demonstrações.

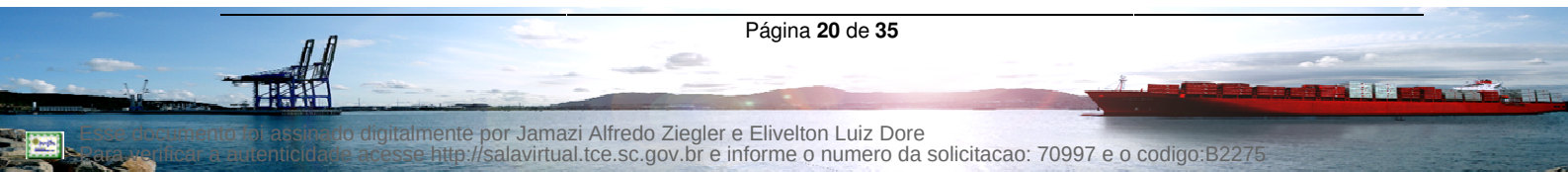
3.5 Impostos

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício através do Lucro Real, sendo de 15% acrescida de 10% sobre o lucro contábil ajustado (Lalur) excedente a R\$ 240.000,00 para o imposto de renda e a 9% para a contribuição social.

3.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a companhia possuir uma obrigação legal ou

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A empresa elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

3.8 Demonstração do Valor Adicionado

A empresa elaborou a Demonstração do Valor adicionado (DVA) individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

3.9 Ajuste a Valor Presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos de liquidação serem inferiores a 60 (Sessenta) dias.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 os caixas e equivalentes de caixa são representados em valores disponíveis em caixa e conta corrente da companhia e aplicações financeiras de liquidez imediata com insignificante risco, representada pelo valor líquido de resgate na data de encerramento do exercício, sendo remunerado em média de 75% a 100% da variação da CDI. Os valores estão representados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Bens Numerários disponível em Caixa	3	3
Depósitos Bancárias em Conta Corrente	79	74
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	59.665	34.897
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	59.747	34.974

5. Contas a Receber

As contas a receber representam os valores a serem realizados em caixa relativos as receitas oriundas da atividade portuária. O prazo médio de recebimento é inferior a 25 (Vinte e cinco) dias. Os títulos vencidos, quando de seu efetivo recebimento são acrescidos de 2% (Dois por cento) de multa moratória, assim como a aplicação de juros moratórios de 1% (Um por cento) ao mês, observados ainda as particularidades previstas em contrato.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

A companhia não registra provisão para perdas, visto que a administração entende não haver risco no recebimento destes direitos e, nem ajuste a valor presente conforme justificativa explícita na nota explicativa 3.9.

	31/12/2018	31/12/2017
Depositado Judicialmente	141	141
Vencidos a mais de 60 dias	-	201
Vencidos a menos de 60 dias	509	291
Vencidos a menos de 30 dias	491	634
A vencer em até 30 dias	1.156	855
Total	2.297	2.122

6. Tributos a Recuperar

Os impostos a recuperar representam créditos tributários oriundos de saldo negativo de imposto de renda e contribuição social apurados pelo regime de Lucro real em períodos anteriores, os quais já são objetos de pedidos de restituição. Representa ainda, créditos de PIS e COFINS a serem compensados remanescentes de pedidos de restituição efetuados até a data de encerramento do exercício. Contém valores decorrentes de estimativa de Imposto de Renda a ser retido no resgate das aplicações financeiras com valor disponível para companhia. Os valores são apresentados pelo seu custo histórico, acrescidos de atualização pela Taxa Selic, quando aplicável.

	31/12/2018	31/12/2017
COFINS a Recuperar	80	80
IRRF Estimado s/ Aplicações Financeiras	530	0
Imposto de Renda a Recuperar	565	484
Contribuição Social a Recuperar	136	136
Atualização Selic s/ Tributos Recuperar	93	48
Total	1.404	748

7. Despesas Antecipadas

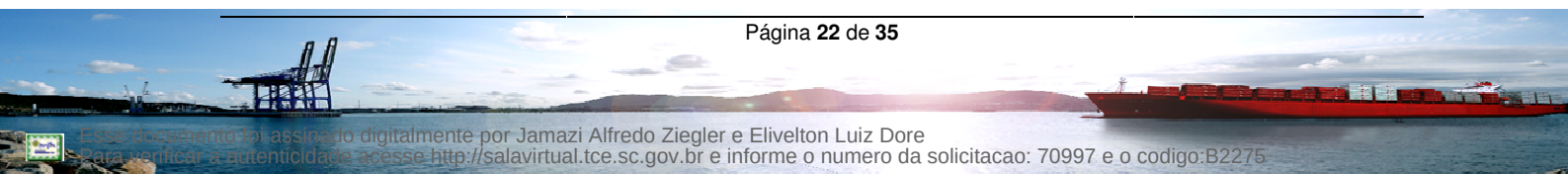
Apresenta os valores correspondentes a seguros contratados a serem apropriados em exercícios subsequentes. Os valores são apropriados no período compreendido do exercício do direito, sendo segregados conforme tabela abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios de Seguros a Apropriar	161	165
Total	161	165

8. Estoques

Representa os valores de estoques destinados a pronto consumo ou a manutenção da infraestrutura portuária que necessitem de fornecimento imediato.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



	31/12/2018	31/12/2017
Material de Expediente	9	4
Material de Limpeza	28	14
Material de Copa e Cozinha	2	1
Material de Manutenção Civil	112	-
Material de Manutenção Elétrica	667	-
Material de Manutenção Tecnológica	55	-
Total	873	19

9. Outros Créditos

Registra quantias relativas as antecipações decorrentes de cláusulas contratuais e adiantamentos realizados a fornecedores, bem como antecipações de férias e outros créditos junto a funcionários, conforme detalhado na tabela a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos Contratuais	82	51
Adiantamentos a Funcionários	32	11
Total	114	62

10. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Os depósitos judiciais de Imposto de Renda apurados sobre o Lucro da companhia referem-se a Ação declaratória em face da União Federal nº 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para reconhecimento de Imunidade Tributária Recíproca, no qual passou a depositar judicialmente a parcela de Imposto de Renda devido a partir da competência de Abril de 2018, detalhados na nota explicativa n. 31.5.

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos Judiciais Antaq	5	50
Depósitos Judiciais Trabalhistas	86	40
Depósitos Recursais	37	42
Depósito Judicial Imposto de Renda	5.685	0
Total	5.813	132

11. Ativo Intangível

A companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto a União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária conforme critérios estabelecidos na nota explicativa 3.2. As principais mutações e movimentações do Ativo Intangível da companhia estão descritas abaixo. A movimentação de aquisições e alienações dos ativos da companhia ocorridos no decorrer do ano de 2018 compreendem:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Movimentação do Ativo Intangível				
Intangível Bruto	Saldo 2017	Adições	Transfer.	Saldo 2018
Infraestrutura Marítima	2.117	0	0	2.117
Infraestrutura de Acostagem	1.046	4.893	0	5.938
Infraestrutura Terrestre	9.058	616	0	9.674
Infraestrutura Armazenagem	1.465	1.108	0	2.573
Equipamentos Portuários	823	429	0	1.252
Administração	3.216	534	0	3.750
Obras em Andamento	4.191	2.519	(6.673)	38
Outros Ativos Intangíveis	88	0	0	88
Total	22.004	10.099	(6.673)	25.430

A movimentação das amortizações no período de 2018 estão compreendidas abaixo, considerando o saldo inicial detalhado do período, sua amortização ao longo do exercício e seu saldo final ao término do exercício social.

Movimentação da Amortização do Ativo Intangível					
(-) Amortização Acumulada	Saldo 2017	Amortização	Estornos	Saldo 2018	Taxa Média
Infraestrutura Marítima	132	99	0	231	5 %
Infraestrutura de Acostagem	131	191	0	322	5 %
Infraestrutura Terrestre	478	449	0	927	5 %
Infraestrutura Armazenagem	155	119	90	274	5 %
Equipamentos Portuários	38	43	0	81	4 %
Administração	332	162	0	494	4 %
Outros Ativos Intangíveis	17	4	0	21	5 %
Total	1.283	1.067	0	2.350	5 %

O demonstrativo líquido do ativo intangível, já considerando a dedução da amortização acumulada ao longo do período é apresentado a seguir:

Ativo Intangível Líquido			
Intangível Líquido	Intangível	(-) Amortização	Intangível Líquido
Infraestrutura Marítima	2.117	231	1.886
Infraestrutura de Acostagem	5.938	322	5.616
Infraestrutura Terrestre	9.674	926	8.748
Infraestrutura Armazenagem	2.573	274	2.299
Equipamentos Portuários	1.252	81	1.171
Administração	3.750	494	3.256
Obras em Andamento	38	0	38
Outros Ativos Intangíveis	88	21	67
Total	25.430	2.351	23.081

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

12.Fornecedores

Representa as obrigações de curto prazo com fornecedores referente a compromissos assumidos anteriormente a data de encerramento do exercício social, com prazo de liquidação inferior a 30 (trinta) dias da data de encerramento do exercício social, não existindo títulos inadimplentes por parte da companhia em 31 de Dezembro de 2018. O saldo existente em 31/12/2018 era de R\$ 803.304,47.

13.Obrigações Tributárias

Registra os valores de impostos e contribuições federais e municipais a serem recolhidos em exercícios subsequentes, compreendendo tributos próprios e retidos de terceiros, segregados conforme apresentado abaixo:

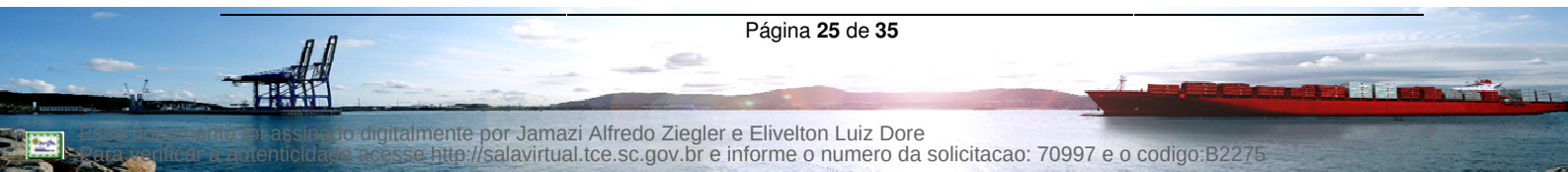
	31/12/2018	31/12/2017
Próprio – ISS a Recolher	135	125
Próprio – PIS a Recolher	28	13
Próprio – COFINS a Recolher	130	61
Próprio – IRPJ a Recolher	3.701	0
Próprio – CSLL a Recolher	1.340	0
Retido – CSRF a Recolher	49	72
Retido – IRRF a Recolher	12	19
Retido – INSS a Recolher	124	179
Retido – ISS a Recolher	57	155
Total	5.576	624

14.Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Contempla os valores de obrigações trabalhista e previdenciárias, compreendendo: a) Obrigações com Pessoal: Salários do pessoal, honorários da diretoria e conselheiros, rescisões a pagar, imposto de renda retido na fonte sobre salários e pensão alimentícia a repassar.b) Obrigações Previdenciárias: fundo de garantia e previdência social a recolher, contribuição e mensalidade sindical e outras obrigações.c) Obrigações Férias/13º Salário e encargos: constituem as obrigações de férias e décimo terceiro salário com encargos sociais apropriados mensalmente.

Os valores são segregados de acordo com o quadro a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações com Pessoal	794	804
Obrigações Previdenciárias	299	374
Obrigações Férias/13º Salário/Encargos	1.092	1.005
Total	2.185	2.183



15. Outras Obrigações

Representam os valores correntes de garantias contratuais recebidas, assim como, resíduos de convênios com órgãos e entidades. Registra-se ainda estimativas de possíveis perdas, mensuradas com base no CPC 25 - Provisão de Passivos Contingentes.

	31/12/2018	31/12/2017
Garantias Contratuais	152	137
Convênio Acesso Norte	0	16
Passivos Contingentes Trabalhistas Prováveis	91	28
Total	243	181

16. Obrigações Tributárias Suspensas

A SCPar Porto de Imbituba S.A. ajuizou ação tributária em face da União Federal para reconhecimento de Imunidade Tributária Recíproca, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998, em relação aos tributos de competência da União, impostos previstos no art. 85 da CF 1998, além das contribuições: CSLL, PIS e COFINS. através da Ação 5002780-94.2016.4.04.7216, Houve a concessão em primeiro grau da Imunidade Tributária do Imposto de Renda, sendo que a administração da companhia optou em depositar judicialmente o montante integral devido de imposto de renda, suspendo a exigibilidade de cobrança destas quantias. A companhia passou a reconhecer o montante devido a título de Imposto de Renda como exigibilidade suspensa no passivo não circulante a partir da competência de apuração de Abril de 2018, perfazendo ao fim do exercício social a quantia de R\$ 5.685.510,58 (Cinco milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e dez reais e cinquenta e oito centavos) com exigibilidade suspensa até o trânsito em julgado da presente ação tributária.

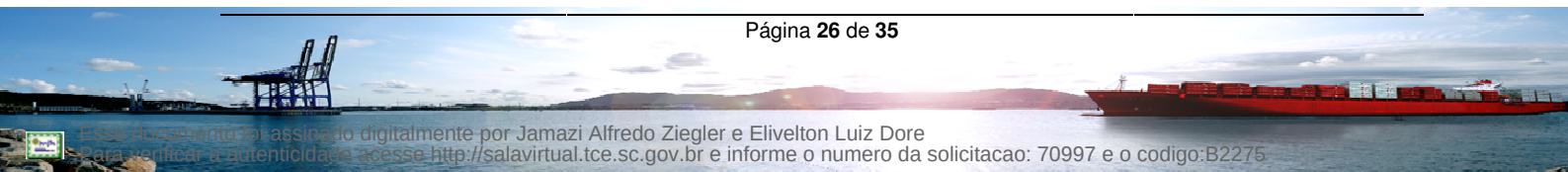
17. Capital Social

Representa o investimento inicial realizado pelo acionista único *SC Participações e Parcerias S.A.* em 26 de Dezembro de 2012 no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) como integralização do capital social de sua subsidiária integral.

18. Reservas para Destinação

Os valores são registrados de acordo com o que prevê o Art. 194 da Lei Federal 6.404 de 1973. O estatuto social da empresa, a política de distribuição de dividendos e o convênio de delegação nº 01/2012 prevê a distribuição de dividendos de acordo com a Lei 6.404 de 1976 até o montante máximo de 25% (Vinte e cinco por cento) de cada lucro líquido apurado nos exercícios. Os lucros retirados, por determinação do convênio de delegação deverão ser revertidos em desenvolvimento ou melhoria nas atividades do porto, mediante prévia autorização do poder delegante. Os valores são registrados de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos em conta especial de reservas. A reserva acumulada em R\$ 6.565.186,75 (Seis milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil e cento e oitenta e seis reais) correspondente ao

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



percentual apurado no exercício de 2018, devidamente proposto pelo Conselho de administração desta companhia e pelo corpo diretivo.

18.1. Distribuição de Dividendos ao Acionista

No decorrer do ano de 2018 foram destinados valores ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., decorrente do que prevê o Convênio de Delegação nº 01/2012, conforme demonstra-se no quadro abaixo:

Dividendos Distribuídos	
Saldo em Reservas para Destinação em 31.12.2017	2.664
(+) Adição de 25% Lucro líquido do Exercício de 2018	6.565
(-) Dividendos distribuídos ao Acionista Único em 2018	(2.664)
Saldo em Reservas para Destinação em 31.12.2018	6.565

19. Reserva Legal

Compreende a Reserva Legal prevista no Art. 193 da Lei Federal 6.404 de 1976, o que prevê que, antes de qualquer destinação do lucro líquido do exercício, 5% (Cinco por cento) será constituído como reserva legal até o montante máximo de 20% (vinte por cento) do Capital Social. Em 31 de Dezembro de 2018 o valor perfazia o montante de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

20. Reserva de Lucros

Registra os valores não destinados, dos lucros apurados em exercícios anteriores e no exercício atual, perfazendo ao término do exercício social o valor acumulado de R\$ 72.373.660,16 (Setenta e dois mil, trezentos e setenta e três mil e seiscentos e sessenta reais).

21. Receitas de Serviços Prestados

A companhia reconhece como receita, o valor recebido dos usuários da infraestrutura dos serviços portuários prestados, seguindo os critérios estabelecidos na nota explicativa 3.3.

	2018	2017
Prestação de Serviço	78.442	52.309
Serviços de Armazenagem	1.924	2.141
Infraestrutura Marítima I	7.752	8.334
Infraestrutura Marítima II	6.603	6.282
Infraestrutura Terrestre	8.575	7.025
Arrendamento Fixo	6.332	5.889
Arrendamento Variável	15.587	11.145
Arrendamento Contratual Mínimo	29.529	9.376
Taxas Convencionais	1.273	1.318
Serviços de Fornecimento	866	799
Total	78.442	52.309

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

22. Impostos Incidentes

	2018	2017
(-) Impostos Sobre Serviços	(11.178)	(7.454)
(-) Imposto Sobre Serviço	(3.922)	(2.615)
(-) Pis Não Cumulativo	(1.294)	(863)
(-) Cofins Não Cumulativo	(5.962)	(3.975)
Total	(11.178)	(7.454)

23. Custos dos Serviços Portuários

O resumo dos principais custos na prestação dos serviços portuários da companhia, estão apresentados a seguir:

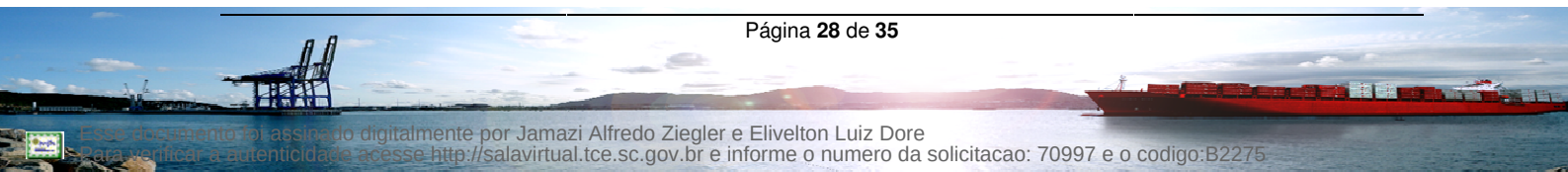
	2018	2017
Custo com Serviços de Dragagem	667	2.045
Custo com Serviços de Segurança Portuária	4.041	4.178
Custo com Serviços de Limpeza da Área Portuária	872	838
Consumo de Energia Elétrica	1.600	1.228
Manutenção e Reparos	1.829	2.302
Custo com Serviços Ambientais	482	312
Custo com Serviços de Monitoramento Ambiental	950	619
Custo com Pesquisas e Estudos Técnicos	210	976
Outros Serviços de Terceiros	2.317	2.540
Outros Custos	720	730
(-) Créditos Tributários de Pis e Cofins	(1.241)	(1.304)
Total	12.447	14.464

24. Custo com Mão de Obra Direta

A composição do custo com mão de obra direta, aquela no qual inclui os empregados alocados em setores de infraestrutura, operações portuárias, meio ambiente e segurança são segregados abaixo:

	2018	2017
Salários e Ordenados	3.230	2.907
Encargos Sociais	1.368	1.198
Provisões de 13º Salário e Férias	673	685
Benefícios	1.136	878
Total	6.407	5.668

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



25. Amortizações e Depreciações

A composição das amortizações corresponde aos valores registrados no resultado decorrentes do registro contábil de acordo com o que prevê a nota explicativa 3.2 em contrapartida do ativo intangível da empresa

	2018	2017
Amortização Infraestrutura Marítima	100	75
Amortização Infraestrutura Acostagem	191	34
Amortização Infraestrutura Terrestre	448	294
Amortização Infraestrutura de Armazenagem	119	48
Amortização Equipamentos Portuários	43	24
Amortização Ativos da Administração	162	97
Amortização Outros Ativos Intangíveis	4	168
Total	1.067	740

26. Despesas com Pessoal

A composição das despesas com pessoal da companhia, aquela no qual inclui os empregados alocados em setores de administração da empresa, diretorias e conselhos, são segregados abaixo:

	2018	2017
Salários e Ordenados	3.087	2.915
Remuneração da Administração	1.347	1.253
Encargos Sociais	1.550	1.359
Provisões de 13º Salário e Férias	615	624
Benefícios	1.321	966
Total	7.920	7.117

27. Despesas Gerais e Administrativas

O resumo das principais despesas de caráter administrativo da empresa, estão apresentados a seguir:

	2018	2017
Serviços de Terceiros	1.570	1.580
Consumo de Materiais	449	406
Publicações e Propagandas	573	1.239
Outras Despesas	289	827
Total	2.881	4.052

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

28.Receitas Financeiras

Representa os valores líquidos dos resultados financeiros apurados pela companhia durante os exercícios, sendo demonstrados conforme abaixo:

	2018	2017
Receitas Financeiras	3.533	3.525
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.916	3.421
(-) Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(172)	(172)
Juros e Multas recebidas	741	232
Outras Receitas Financeiras	48	44
Total	3.533	3.525

29.Impostos Sobre o Lucro

O Imposto de renda e a contribuição social é apurado pela sistemática do lucro real, sendo a sua base de cálculo apurada, deduzindo as adições e exclusões no Livro de apuração do lucro real, bem como o valor devido de imposto de renda, já deduzido das doações e destinações legalmente possíveis.

30. Gestão de Riscos Financeiros

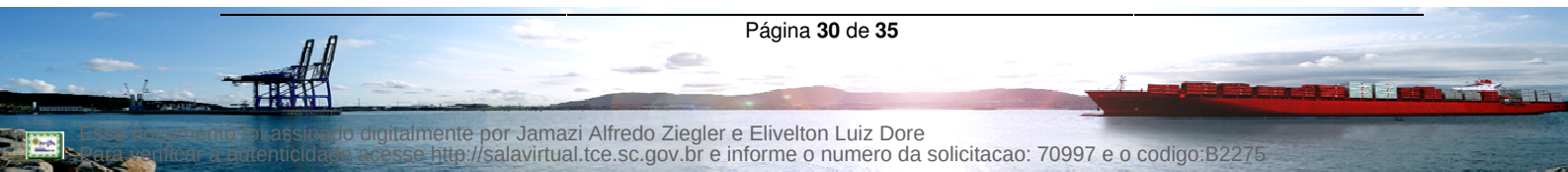
30.1 Considerações Gerais e Políticas

A companhia possui operações onde são envolvidos instrumentos financeiros, os quais são objeto de registros em contas patrimoniais de modo a reduzir eventual exposição a riscos de moeda e taxas de juros, assim como, manter a sua capacidade de investimentos, objetivando o contínuo crescimento. A administração destes riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, que estabelecem limites a processos. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção, avaliação da Companhia, sobre as quais se fundamenta as decisões tomadas pelo Conselho de Administração. Quanto às aplicações de recursos, a Companhia elege instituições financeiras assim como as quantias aplicadas.

30.2 Fatores de Riscos Financeiros

A atividade da companhia não está isenta de riscos financeiros, estando ela submetida a riscos de mercado e a risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros, por isso busca minimizar eventuais efeitos que sejam nocivos ao seu desempenho. A gestão de risco é realizada pela Administração, que identifica, avalia e protege desses eventuais riscos, estabelecendo princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxas de juros, risco de crédito e investimentos de excedentes de caixa. Os métodos de mensuração são os estabelecidos para os pretéritos, salvo eventuais questões que seja destacado em contrário a presente nota.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



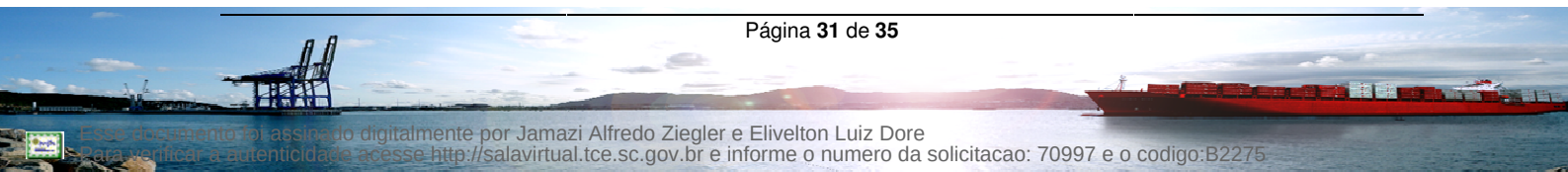
30.3 Risco de Crédito

O risco de crédito que decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários, créditos de clientes e demais valores a receber é administrado corporativamente pela Companhia. Os limites de riscos individuais são monitorados regularmente e mensurados com base nas classificações internas, ou externas, de acordo com a orientação da diretoria. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera qualquer perda decorrente de inadimplência.

31. Contingências Passivas

31.1 Ações Trabalhistas

A) Foram interpostas Ações judiciais (Processo (PJe) 0000906-07.2017.5.12.0043 e Processo (PJe) 0000609-08.2018.5.12.0029), cujos pedidos é o pagamento dos depósitos do FGTS de ex-empregados que ocuparam cargos comissionados nesta estatal, uma delas foi recentemente sentenciado em favor do Autor e, com base na fundamentação da Sentença, bem como no posicionamento vinculante dos Tribunais Superiores acerca da matéria, será de difícil reforma. Entendemos ser provável a condenação, o que poderá gerar um valor a ser pago de aproximadamente 120 (Cento e vinte) Mil reais em favor dos autores. Vale destacar que a partir de Abril de 2017 a empresa passou a depositar o Fundo de Garantia aos trabalhadores ocupantes de cargos em comissão. Mantém-se provisionado as obrigações futuras de perdas trabalhistas prováveis no Passivo Circulante no valor de 91 Mil reais para os empregados que ajuizaram ações. **B)** O processo (PJe) 0000192-47.2017.5.12.0043, cujo pedido é o pagamento do piso salarial à categoria dos Engenheiros, com base na Lei Federal nº 4.950-A/1966, foi recentemente sentenciado favoravelmente à empresa e em sede de Recurso Ordinário (interposto pelo Sindicato Autor) foi julgado novamente em favor da Estatal pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Houve a interposição de Recurso de Revista para o Tribunal Superior do Trabalho, este não foi conhecido e a parte autora interpôs Agravo de Instrumento a fim de ter seu recurso devidamente processado e julgado pela instância extraordinária que teve negado o seu provimento. Opostos Embargos de Declaração, estes tiveram seu seguimento negado, estando o processo com prazo aberto para interposição de Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. Neste processo, muito embora entenda o corpo jurídico haver ao menos 2 (duas) teses defensivas para manter a decisão favorável, temos que a jurisprudência dos Tribunais Superiores não é uníssona, havendo ainda a probabilidade de reversão em desfavor da empresa. **C)** O processo (PJe) 0000615-07.2017.5.12.0043, cujo pedido é a aplicação da jornada especial aos advogados da empresa com base no art. 20 da Lei Federal nº 8.906/94, foi recentemente julgado favoravelmente à empresa em primeiro e segundo graus, havendo ainda instâncias recursais a serem percorridas, sendo ainda possível de condenação. **D)** O processo (PJe) 0000488-69.2017.5.12.0043, cujo pedido é a equiparação salarial dos advogados da estatal com um paradigma da acionista única SC Participações e Parcerias S.A., com fundamento no Art. 461 da CLT e Súmula nº 6 do TST, tendo sido julgado favoravelmente à Estatal em primeiro grau, havendo ainda instâncias recursais a serem percorridas, ainda podendo ser possível de condenação. **E)** O processo (PJe) 0000885-31.2017.5.12.0043, cujo pedido é a aplicação isonômica de reajuste salarial concedido no exercício 2014-2015 somente aos empregados comissionados da empresa, tendo sido julgado favoravelmente à Estatal em primeiro e segundo graus, com possibilidade de perda futura.



31.2 Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho

Trata-se de Ação Civil Pública n. 0000898-69.2013.5.12.0043 ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho cujo pedido final é a condenação desta Estatal e de mais 7 (sete) réus em Danos Morais Coletivos e Individuais em decorrência de supostos danos causados à classe trabalhadora quando da transição da Administração da Autoridade Portuária do Porto de Imbituba ao término da concessão à empresa privada Companhia Docas de Imbituba e posterior Delegação ao Estado de Santa Catarina. Foi dada à causa o valor de 10 milhões de reais. A Diretoria Executiva propôs acordo judicial no montante de R\$ 4,8 milhões (cerca de R\$ 40 mil por pessoa) e mais “caso a totalidade do depósito na Ação de Consignação em Pagamento n. 0009785-15.2016.8.24.0023 (3ª Vara Cível – Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina) seja declarado de titularidade da SCPAR Porto de Imbituba S.A., R\$ 10 milhões seriam destinados ao pagamento de indenização complementar, desde que atendidos os mesmos requisitos acima”. Estes requisitos citados são a concordância do Ministério Público do Trabalho, anuência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários e Secretaria Nacional de Portos, por intermédio da Advocacia Geral da União, concordância dos beneficiários mediante Assembleia com quorum mínimo para deliberação e renúncia expressa de todos os beneficiários ao direito de propor quaisquer novas ações em face desta Estatal, bem como quitação plena e irrestrita de eventuais créditos reclamados. Em se efetivando o acordo será necessária a reserva dos valores até o cumprimento destes requisitos, sobretudo da parcela inicial (R\$ 4,8 milhões).

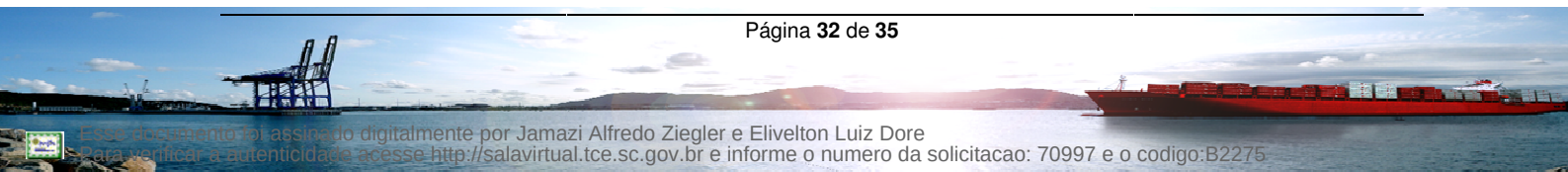
31.3 Reequilíbrio Econômico Financeiro TECON

A empresa Santos Brasil Participações S.A. protocolou pedido administrativo junto ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil sob nº processo 00045.002955/2016-51, solicitando a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba que possui junto a SCPAR Porto de Imbituba S.A, o qual encontra-se em análise, aguardando seu julgamento definitivo. Atualmente a companhia recebe anualmente cerca de R\$ 38 Milhões de reais provenientes deste contrato de arrendamento, sendo que o deferindo de tal pedido impactará significativamente nas receitas da autoridade portuária, comprometendo sua lucratividade, seu planejamento e reduzindo o potencial de investimentos desta estatal.

31.4 Outras demandas judiciais

As demais ações qualificadas como de perda possível se resumem na Ação n. 5000017-86.2017.4.04.7216 de requer a Arrendatária CRB Operações Portuárias S.A. a suspensão da obrigatoriedade de pagamento de multa por não cumprimento da movimentação mínima contratual de seu arrendamento. A sentença foi procedente em primeiro grau estando o processo pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A sentença foi confirmada favoravelmente a arrendatária pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e atualmente o processo encontra-se em fase de oposição e julgamento de Embargos de Declaração, entendemos ser possível a manutenção daquela decisão, o que impactaria na ausência de obrigação de movimentação mínima contratual por parte da empresa CRB Operações Portuárias S.A., arrendatária do Terminal de importação e exportação de Granel Sólido no Porto de Imbituba, com compromisso de movimentação mínima de 800 mil toneladas anuais, sendo que nos últimos anos a empresa vem cumprindo em média 80% da movimentação contratualmente prevista.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



32. Contingências Ativas

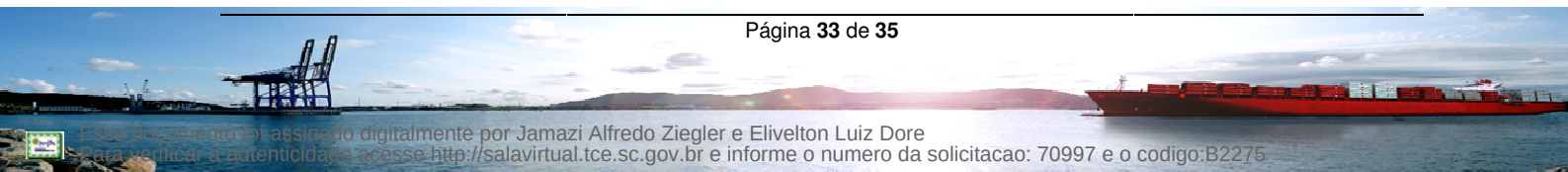
32.1 Postergação Parcela MMC Contrato Arrendamento TECON

O contrato de arrendamento do Terminal de Contêineres, de titularidade da arrendatária Santos Brasil Participações S.A. possui em sua cláusula quinta, subcláusula primeira, item "b" a obrigatoriedade de movimentação mínima contratual, denominada MMC, o qual objetiva o compromisso de movimentação de ao menos 360.000 contêineres por ano contratual em seu terminal, em uma espécie de contrato na modalidade *take-or-pay*, o que obriga a arrendatária a pagar o valor compensatório da diferença encontrada entre a movimentação registrada e a quantidade de 360 mil previstas como mínima no contrato. O prazo contratual para liquidação desta obrigação é o último mês do período verificado, no qual coincide com o último dia do mês de Abril de cada ano. Atualmente a movimentação registrada no terminal é de cerca de 20 % (Vinte por cento) do que prevê o contrato, ressarcindo a quantidade remanescente como se de fato o movimentasse. No decorrer do ano de 2017 foi realizado acordo extrajudicial para postergação do vencimento da parcela não movimentada no período de 11 de Abril de 2016 a 11 de Abril de 2017 com a anuência do Poder Delegante, o qual registrou um valor a receber de R\$ 28.750.976,13, sendo que deste valor, a SCPar Porto de Imbituba S.A. recebeu R\$ 9.000.000,00 em 2017 e o saldo remanescente no ano de 2018, acrescido de correção monetária. Em 18 de Abril de 2018, a Autoridade Portuária SCPar Porto de Imbituba S.A., a Arrendatária Santos Brasil Participações S.A. e o Poder Delegante (União), representado pela Secretaria Nacional de Portos realizou novo acordo extrajudicial para readequar os prazos de vencimento das parcelas deste compromisso para: MMC 2016/2017 (A quitação do saldo pendente em três parcelas iguais e sucessivas, sempre no quinto dia útil dos meses de maio, junho e julho de 2018) e 2017/2018 (Um terço do valor devido em três parcelas iguais e sucessivas, no quinto dia útil dos meses de agosto, setembro e outubro de 2018, com pagamento do saldo até 30 de Abril de 2019), com manifestação da Autoridade Portuária em negociar junto ao Poder concedente a readequação da Parcela MMC a partir daquele ano. Do MMC apurado no período de 2017/2018 no montante total de 28.185.550,74, foi recebido a quantia de R\$ 9.395.183,58 no decorrer do ano de 2018, e o valor remanescente de R\$ 18.790.367,16 (Dezoito milhões, setecentos e noventa mil, trezentos e sessenta e sete reais) deverá ser pago até 30 de Abril de 2019.

32.2 Imunidade Tributária

Foi protocolado, através da ação nº 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ação declaratória em face da União Federal para reconhecimento de Imunidade Tributária Recíproca, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998, em relação aos tributos de competência da União, impostos previstos no art. 85 da CF 1998, além das contribuições: CSLL, PIS e COFINS. Conforme Sentença, houve a concessão em primeiro grau da Imunidade Tributária do Imposto de Renda, da decisão pende de análise do Recurso de Apelação da União pelo TRF4. Já a SCPar Porto de Imbituba S.A. concentrará esforços na busca da imunidade dos demais tributos federais. A partir do período de apuração de Abril de 2018, a SCPar Porto de Imbituba S.A. optou-se em depositar judicialmente o montante integral dos valores devidos a título de Imposto de Renda, com base em decisão judicial proferida na própria ação de Imunidade, assim como no Art. 151, I do Código Tributário Nacional, sendo registrados em seu Ativo Não Circulante, conforme nota explicativa n. 10. Em caso de trânsito em julgado em favor da empresa, esta poderá reaver os valores depositados

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



judicialmente e solicitar repetição do indébito dos períodos anteriores em que recolheu os impostos supostamente indevidos.

32.3 Ação de consignação em pagamento

A consignante Santos Brasil Participações S.A. depositou em juízo a integralidade dos valores devidos ao Porto em relação a parcela MMC devida no período de Abril de 2012 a Abril de 2013, sendo que a SCPAr Porto de Imbituba S.A. assumiu a administração a partir de Dezembro de 2012. Existe a possibilidade de liberação judicial à SCPAr Porto de Imbituba S.A. da integralidade do valor consignado, atualmente cerca de R\$ 23.000.000,00 (Vinte e Três Milhões de reais). O processo fora remetido para a Justiça Comum Estadual, face a declaração de incompetência absoluta do Juiz Federal diante da exclusão da União do polo passivo por inexistência de seu interesse no feito, atualmente o número do processo é 0009785-15.2016.8.24.0023, tramitado na 3ª Vara Cível da capital de Florianópolis, com sentença reconhecendo que o crédito não é de titularidade da SCPAr Porto de Imbituba S.A. A banca de advogados está focada em provar em juízo que a consignante sabia que os valores deveriam, desde o principio a serem destinadas a SCPAr Porto de Imbituba S.A., devendo a ação ser julgada totalmente improcedente, revertendo-se os valores residuais a esta sociedade. Por outro lado, a declaração judicial de que a SCPAr Porto de Imbituba S.A. não é a titular do crédito não gerará ônus financeiro à empresa.

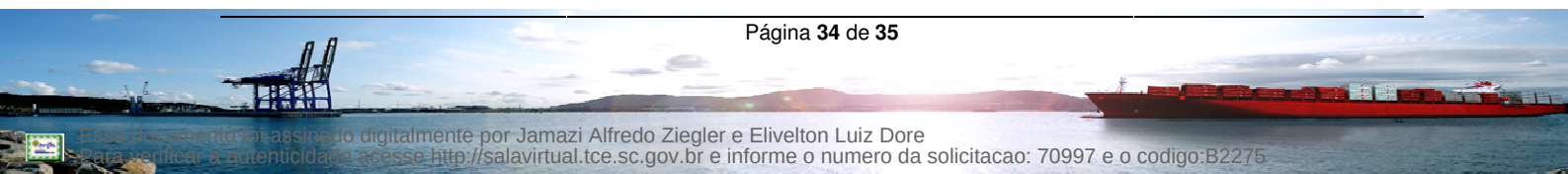
33. Contabilidade Regulatória aplicável ao Setor Portuário

Em 26 de Dezembro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários publicou a Resolução Normativa nº 015-ANTAQ, o qual aprovou a norma que dispõe sobre a criação do manual de contas das autoridades portuárias, como parte do sistema de contabilidade regulatória aplicável ao setor portuário. Com base na resolução, as autoridades portuárias deverão prover os ajustes necessários no decorrer do ano de 2017, para aplicação compulsória a partir do ano de 2018. Dentro das principais práticas estabelecidas no manual de contas, cita-se a adoção de regras de custeio e a criação de um plano de contas padronizado, assim como a adoção de critérios de depreciação e amortização dos bens registrados pela companhia de acordo com as orientações propostas no referido manual. A companhia apresenta suas demonstrações de acordo com as regras contábeis vigentes no Brasil, em especial as Normas Internacionais de Contabilidade, sendo que as informações nas regras estabelecidas pela agência reguladora são apresentadas em demonstração preparada especificamente para esta finalidade.

34. Política de Distribuição de dividendos

A política de distribuição de dividendos inclui as regras estabelecidas no convênio de Delegação nº 01/2012 em sua Cláusula terceira, parágrafo terceiro, assim como a política de distribuição de dividendos aprovadas pelo Conselho de Administração da companhia. A importância a ser creditada a título de dividendos não poderá ser superior ao mínimo legal, conforme previsto nos artigos 109, I, 201 e 202 da Lei 6.404/1976. Neste caso a política de distribuição de lucros equivale ao percentual de 25% do lucro líquido apurado no ano calendário, sendo transferido o recurso ao acionista até 30 de Abril do ano subsequente. Entretanto o recurso distribuído a título de dividendos somente será aplicado em ações que reverterão em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante aprovação prévia do Poder Delegante.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



35. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem os dividendos destinados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº 18. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. mantém uma política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração da companhia de acordo com os preceitos estabelecidos na Lei 13.303 de 2016.

36. Cobertura de Seguros

Responsabilidade Civil: A companhia possui, por força do convênio de delegação, um contrato de seguro para responsabilidade civil dos operadores portuários com a seguradora AIG Seguros do Brasil S.A. A vigência deste seguro compreende o período de 06/08/2018 a 06/08/2019, tendo assegurado as coberturas para Responsabilidade Civil (cobertura ampla) até o limite de garantia de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) e responsabilidade civil do empregador com extensão para o Orgão Gestor de Mão de Obra – OGMO com garantia até o limite de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) com franquia de até 10% (Dez por cento) dos prejuízos registrados.

Seguro Patrimonial: A companhia possui seguro patrimonial de toda a frota veicular existente. Em relação aos demais bens existentes sobre administração da autoridade portuária, até o presente momento não há seguro contratado, sendo que o termo cessão de uso dos bens pelo poder delegante a SCPAR Porto de Imbituba S.A. foi firmado somente no mês de dezembro de 2018 para então iniciar os procedimentos para contratação do seguro, conforme definido na cláusula quinta do Convênio de Delegação nº 01/2012.

37. Eventos Subsequentes

A companhia julga não haver eventos subsequentes que modifiquem de forma representativa as demonstrações financeiras apresentadas, considerando para efeitos de julgamento a data de 28 de Fevereiro de 2019.

Jamazi Alfredo Ziegler
Diretor Presidente
CPF: 691.613.309-06

Alexandre Pinter
Diretor
CPF: 031.652.849-89

Roberto Luis de F. dos Santos Jr
Diretor
CPF: 732.619.719-91

Elivelton Luiz Doré
Contador CRCSC: 37.889/O-0
CPF: 079.533.439-75